

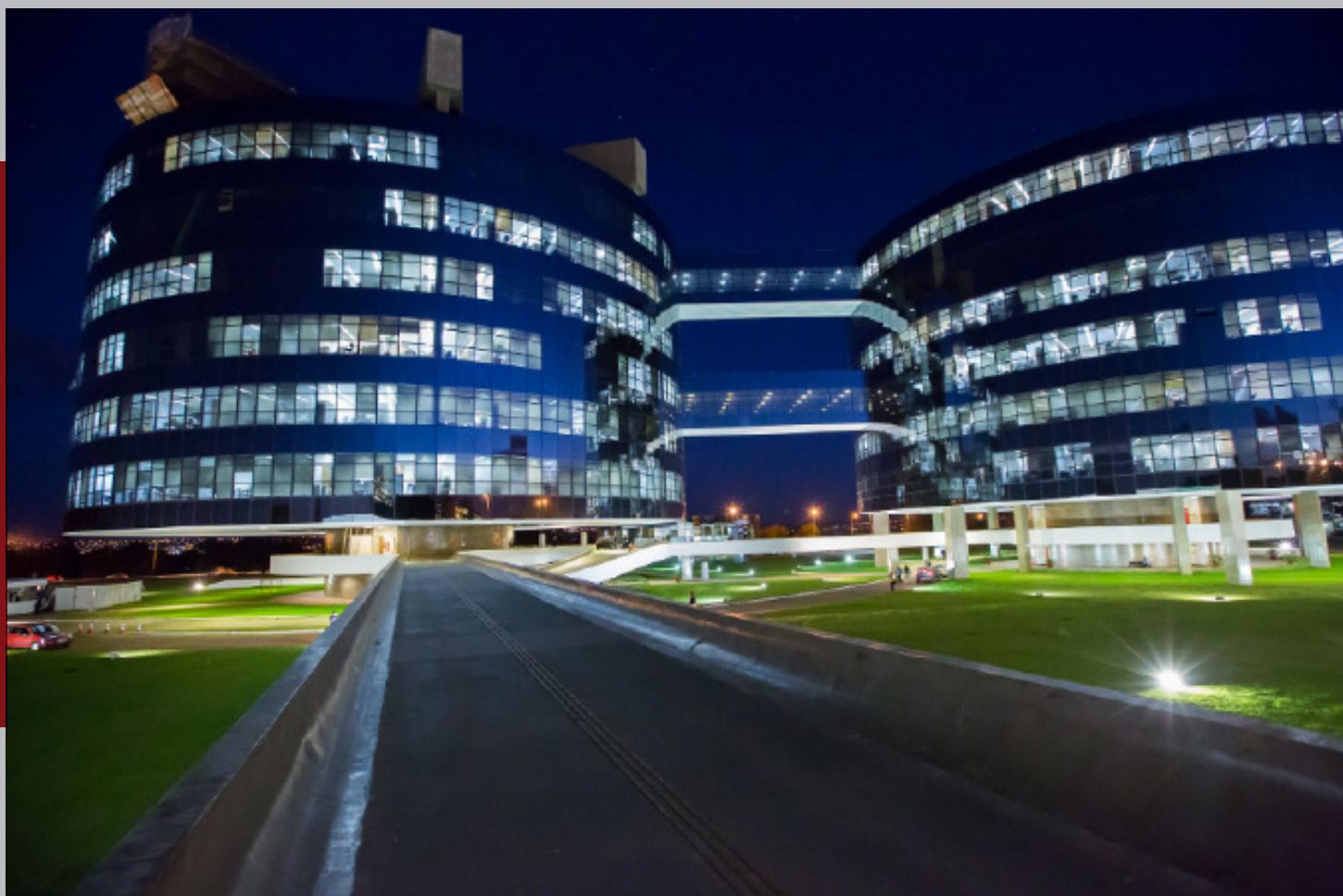
ANO IV - 2015

EDIÇÃO nº 78

25 de SETEMBRO

# Boletim

da 2ª CCR



## 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal

### MEMBROS TITULARES

José Bonifácio Borges de Andrada (Coordenador)  
Raquel Elias Ferreira Dodge  
José Adonis Callou de Araújo Sá

### MEMBROS SUPLENTE

Brasilino Pereira dos Santos  
Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho  
José Osterno Campos de Araújo

## Atuação dos Grupos de Trabalhos

### GT de Combate aos Crimes Cibernéticos:

No último dia 10 de setembro a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre Crimes Cibernéticos realizou audiência pública sobre o tema. A audiência contou com a presença da Procuradora Regional da República, Neide Mara Cavalcante Cardoso de Oliveira, (Coordenadora) e da Procuradora da República Fernanda Teixeira Souza Domingos. Na ocasião a Coordenadora apresentou as

estatísticas sobre a atuação do Ministério Público Federal no combate aos Crimes Cibernéticos referentes ao período de janeiro de 2010 a agosto de 2015. Veja [aqui](#) a apresentação

### GT Rotinas para a Efetividade da Função Criminal:

Os integrantes do Grupo de Trabalho se reuniram na sede da

Procuradoria da República de São Paulo nos dias 24 e 25 de setembro, para cumprir seu cronograma de trabalho. O GT tem como finalidade a propositura de rotinas para o exercício da atuação criminal do Ministério Público Federal, visando ao aumento da celeridade e a otimização de resultados na persecução penal dos crimes federais.

## EVENTOS

### 2ª Câmara realizará o III Encontro Regional da 5ª Região

Nos dias 8 e 9 de outubro a 2ª Câmara realizará em João Pessoa/PB o III Encontro Regional Criminal da 5ª Região que reunirá membros lotados na Procuradoria Regional da República da 5ª Região e nas Procuradorias da República nos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do

Norte e Sergipe. Em 2014, o encontro criminal da 5ª Região foi realizado em Fortaleza/CE nos dias 8 e 9 de maio, ocasião em que foram definidas prioridades em matéria criminal, a serem consolidadas este

ano. Os encontros regionais criminais consistem em estratégia de integração e estão inseridos na política criminal do MPF.

Veja [aqui](#) a Programação do Evento



### Estão abertas as inscrições para o XV Encontro Nacional da 2ª Câmara

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) realiza nos dias 25 a 27 de novembro o XV Encontro Nacional, que terá como tema "A Eficiência da Função Criminal". O evento ocorrerá em Brasília (DF), no Hotel Windsor Plaza, com início às 14h

do dia 25 e encerramento previsto para as 13h do dia 27 de novembro. O colegiado oferece 80 vagas, com prioridade para os coordenadores criminais, integrantes de grupos de trabalho e membros com atuação na área criminal. Interessados devem encaminhar, até às 18h do dia 9 de outubro, as inscrições para o endereço eletrônico

[PGR-Eventos2accr@mpf.mp.br](mailto:PGR-Eventos2accr@mpf.mp.br), sob o título "Inscrição - XV Encontro Nacional da 2ª Câmara". O encontro constitui relevante oportunidade de promover a integração dos membros, definir as prioridades da atuação institucional e buscar soluções para as principais dificuldades enfrentadas no desempenho da função criminal.

## SESSÕES DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

No último dia 21, ocorreram a 102ª Sessão de Coordenação e a 628ª Sessão de Revisão. Estiveram presentes o Coordenador, o Subprocurador-Geral da República José Bonifácio Borges de Andrada os membros titulares, Subprocuradora-Geral Raquel Elias Ferreira Dodge e o Subprocurador-

Geral José Adonis Callou de Araújo Sá, os membros suplentes, Subprocuradores-Gerais Brasilino Pereira dos Santos e Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho e o Procurador Regional da República José Osterno Campos de Araújo.

### Revisão

**Entre os julgados da 2ª Câmara na 628ª Sessão de Revisão, merecem destaque os seguintes entendimentos:**

**Estelionato previdenciário cometido pelo beneficiário. Crime permanente. Contagem prescricional iniciada após a cessação do recebimento do benefício.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6213/2015

**Adulteração de substância ou produto alimentício (CP, Art. 272). Competência. Decisão por maioria.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6380/2015 (vencedor) e [aqui](#) a íntegra do Voto nº 5510/2015 (vencido)

**Crime contra a fauna. Espécie da fauna brasileira ameaçada de extinção. Atribuição do MPF.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 5715/2015

**Descumprimento de Portaria emitida por Juízo Eleitoral que proibia a venda de bebida alcoólica em período de eleição. Atipicidade. Homologação do arquivamento.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 5685/2015

**Estelionato qualificado, previsto no art. 171, § 3º, na forma tentada. Atribuição do local em que foi praticado o último ato de execução.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 5676/2015

**Desacato. Desprestigiar a função pública, menosprezando ou humilhando o funcionário público em razão da função pública desempenhada, ainda que o agente não esteja exercendo suas funções.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 5633/2015

**Descaminho. Dívida superior a R\$ 100.000,00. Expressivo prejuízo aos cofres públicos. Suspensão condicional do processo. Impossibilidade.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6105/2015

**Crime ambiental. Pesca com petrechos proibidos. Pena máxima superior a 2 (dois) anos. Previsão alternativa de multa. Irrelevância. Impossibilidade de oferta da proposta da transação penal.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 5714/2015

**Financiamento fraudulento para aquisição de veículos. Destinação específica e**

**vinculada. Crime contra o Sistema Financeiro Nacional tipificado no art. 19 da Lei nº 7.492/86**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6007/2015

**Sonegação de correspondências. Abandono/descarte de 673 objetos postais por empregado dos Correios. Gravidade e reprovabilidade da conduta perpetrada. Não homologação de arquivamento.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6245/2015

**Descaminho. Dívida superior a R\$ 10.000,00. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Enunciado nº 49 da 2ª Câmara.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6158/2015 e aqui o Enunciado nº 49

**Razões recursais oferecidas pela defesa no Tribunal ad quem. Art. 600, § 4º, do CPP. Atribuição para a apresentação das contrarrazões. Decisão por maioria.**

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto 6402/2015 (vencedor) e [aqui](#) a íntegra do Voto nº 4818/2015 (vencido)